

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Última atualização [23/04/2026]

Secção preliminar: Principais alterações

Como parceiro de confiança, a proteção dos seus dados pessoais é importante para o Grupo BNP Paribas.

Melhorámos a nossa Política de Privacidade de forma torná-la mais transparente no que respeita às informações sobre:

- Atualização no que respeita ao prazo de conservação da consulta à informação centralizada

Introdução

Levamos muito a sério a proteção dos seus dados pessoais; nesse sentido, o Grupo BNP Paribas adotou princípios sólidos na sua Carta de Proteção de Dados Pessoais, que pode ser consultada em [aqui](#)

O BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal (Cetelem), na qualidade de responsável pelo tratamento, através da nossa marca Cetelem é responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais, no que respeita às nossas atividades.

A nossa atividade consiste em ajudar os nossos clientes – particulares, empresários, pequenas e médias empresas, grandes empresas e investidores institucionais – nas suas atividades bancárias quotidianas e na concretização dos seus projetos, graças às nossas soluções de financiamento, investimento, poupança e seguro.

Como membro de um Grupo integrado de banca e seguros, em colaboração com as várias entidades do Grupo, oferecemos aos nossos clientes uma gama completa de produtos próprios e serviços bancários, de seguro e de *leasing* (aluguer com opção de compra, ALD).

São produtos próprios:

- i) os produtos de crédito propriedade do BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal;
- ii) os produtos que sendo propriedade de terceiros (seguradoras e/ou outras instituições financeiras), o BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal comercializa na qualidade de intermediário de crédito ou como mediador de seguros.

O BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal é um mediador de seguros, devidamente registado junto do ORIAS (Organisme pour le Registre des Intermédiaires en Assurance, Banque et Finance) e da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), para os ramos vida e não vida, estando como tal habilitado a comercializar produtos de seguro em Portugal.

O BNP Paribas Personal Finance, SA, Sucursal em Portugal, atua igualmente como intermediário de crédito vinculado e sem exclusividade, estando devidamente registado junto do Banco de Portugal para o efeito.

Esta Política de Privacidade tem o objetivo de explicar como tratamos os seus dados pessoais e como os pode controlar e gerir.

Podem ser fornecidas informações adicionais, sempre que necessário, no momento da recolha dos seus dados pessoais.

1. ESTÁ ABRANGIDO POR ESTA POLÍTICA?

Esta Política de Privacidade aplica-se caso seja:

- um dos nossos clientes ou esteja numa relação contratual connosco (por ex., como fiador);
- membro da família de um cliente nosso. Os nossos clientes podem ocasionalmente partilhar connosco informações sobre a sua família, quando tal seja necessário para lhes fornecer um produto ou prestar um serviço ou para os conhecer melhor;
- uma pessoa interessada nos nossos produtos ou serviços, que nos faculte os seus dados pessoais (numa agência, nos nossos *websites* e aplicações, em eventos ou operações de patrocínio) para que o possamos contactar;
- Herdeiros e titulares de direitos;
- Representantes legais ou mandatários;
- Beneficiários de pagamentos efetuados pelos nossos clientes;
- Beneficiários de apólices de seguros e trusts;
- Locador ou senhorio;
- Beneficiários efetivos;
- Devedores do cliente (e.g. em caso de insolvência);
- Sócios e acionistas da sociedade;
- Representantes legais de pessoas coletivas;
- Colaboradores de prestadores de serviços e terceiros
- Devedores no âmbito de contratos de factoring

Quando nos facultar dados pessoais relativos a outras pessoas, certifique-se de que os informa acerca da divulgação dos seus dados pessoais e convide-os a ler esta Política de Privacidade. Garantimos que faremos o mesmo sempre que possível (por ex., quando temos as informações de contacto da pessoa).

2. COMO PODE CONTROLAR AS NOSSAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS?

Tem direitos que lhe permitem exercer um controlo real sobre os seus dados pessoais e a forma como os tratamos.

Se pretender exercer os direitos enumerados em seguida, pode apresentar um pedido, enviando uma carta para o seguinte endereço Rua Galileu Galilei, Torre Ocidente, n.2, 8º, 1500-392 Lisboa ou no nossos *website* ¹ com uma digitalização/cópia do seu cartão de identificação, se solicitado.

Se tiver alguma questão relativa ao uso dos seus dados pessoais ao abrigo desta Política de Privacidade, pode contactar o nosso Encarregado da Proteção de Dados no seguinte endereço: dpo@cetelem.pt

2.1. Pode solicitar o acesso aos seus dados pessoais

Pode aceder diretamente a alguns dados da sua conta de cliente no nosso website ou através da aplicação móvel *Cetelem APP*.

Se pretender ter acesso aos seus dados pessoais, podemos facultar-lhe uma cópia dos dados pessoais que solicitou, bem como as informações relativas ao seu tratamento.

O seu direito de acesso pode ser limitado nos casos previstos em leis e regulamentos, como é o caso do regulamento relativo ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, que nos proíbe de lhe facultar o acesso direto aos seus dados pessoais tratados para esta finalidade. Neste caso, deve exercer o seu direito de acesso junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), que nos solicitará os dados pessoais em questão.

2.2. Pode solicitar a retificação dos seus dados pessoais

Sempre que considerar que os seus dados pessoais estão imprecisos ou incompletos, pode solicitar que esses dados pessoais sejam alterados ou completados em conformidade. Em alguns casos, pode ser necessário apresentar documentação complementar.

2.3. Pode solicitar a eliminação dos seus dados pessoais

Se desejar, pode solicitar a eliminação dos seus dados pessoais, na medida em que seja permitido por lei.

2.4. Pode opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais que sejam tratados com base nos nossos interesses legítimos

Se não concordar com uma atividade de tratamento que seja executada com base no nosso interesse legítimo, pode opor-se a ela, por motivos relativos à sua situação particular, indicando-nos especificamente a atividade de tratamento em causa e informando-nos dos motivos para a oposição. Deixaremos de tratar os seus dados pessoais com essa finalidade, a menos que existam razões imperiosas e legítimas para o fazer ou que seja necessário para a interposição, exercício ou defesa de uma ação judicial.

¹ <https://www.cetelem.pt/>

2.5. Pode opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais para fins de prospeção comercial

Tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pessoais para fins de prospeção comercial, incluindo a criação de perfis, desde que estes estejam relacionados com essa prospeção.

2.6. Pode limitar o uso dos seus dados pessoais

Caso questione a exatidão dos dados pessoais que utilizamos, ou se opuser ao tratamento dos seus dados pessoais, verificaremos ou analisaremos o seu pedido. Pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais enquanto analisamos o seu pedido.

2.7. Tem direito de se opor a uma decisão automatizada

Por uma questão de princípio, tem o direito de não ficar sujeito a uma decisão tomada apenas com base num tratamento automatizado, definição de perfis ou outro, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou o afete significativamente. No entanto, podemos automatizar essa decisão se for necessário para a celebração ou execução de um contrato connosco autorizado por lei ou se nos tiver dado consentimento.

Em qualquer caso, tem o direito de contestar a decisão, manifestar o seu ponto de vista e solicitar a intervenção de uma pessoa competente para analisar a decisão.

2.8. Pode retirar o seu consentimento

Se deu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, pode retirar esse consentimento a qualquer momento.

2.9. Pode solicitar a portabilidade de parte dos seus dados pessoais

Pode solicitar uma cópia dos dados pessoais que nos tenha facultado, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática. Sempre que for tecnicamente viável, pode solicitar que transmitamos essa cópia a um terceiro.

2.10. Como apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de dados (CNPd)

Além dos direitos acima referidos, pode apresentar uma reclamação junto da autoridade de supervisão competente, que é geralmente a do seu local de residência, Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) em Portugal.

3. COM QUE FINALIDADE E COM QUE FUNDAMENTO JURÍDICO USAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

Nesta secção, explicamos por que motivo tratamos os seus dados pessoais e o fundamento jurídico para o fazermos.

3.1. Os seus dados pessoais são tratados para cumprir as nossas várias obrigações regulamentares

Os seus dados pessoais são tratados sempre que necessário para nos permitir cumprir os requisitos legais e regulamentares a que estamos sujeitos, nomeadamente regulamentos bancários e financeiros.

3.1.1. Utilizamos os seus dados pessoais para:

- monitorizar operações e transações de forma a identificar aquelas que se desviam da rotina/do padrão normal (por ex., quando levanta uma grande quantia de dinheiro num país que não seja o seu local de residência);
- monitorizar as suas transações de forma a gerir, prevenir e detetar fraudes;
- gerir e comunicar riscos (riscos financeiros, de crédito, jurídicos, reputacionais, de adequação com normas ou regulamentos aplicáveis, etc.) em que o Grupo BNP Paribas possa incorrer no âmbito das suas atividades;

- registar, em conformidade com a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFID 2), comunicações de alguma forma relacionadas com, pelo menos, transações realizadas no âmbito da negociação própria e a prestação de serviços relacionados com as ordens dos clientes, nomeadamente a sua receção, transmissão e execução;
- avaliar a adequação e o carácter apropriado dos serviços de investimento prestados a cada cliente, em conformidade com a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFID 2);
- auxiliar no combate à fraude fiscal e cumprir as obrigações de controlo e notificação fiscal;
- registar transações para fins contabilísticos;
- prevenir, detetar e comunicar riscos relacionados com a Responsabilidade Social Corporativa e desenvolvimento sustentável;
- detetar e prevenir subornos;
- cumprir as disposições aplicáveis aos prestadores de serviços de confiança que emitem certificados de assinatura eletrónica;
- trocar e comunicar diferentes operações, transações ou ordens ou responder a um pedido oficial de uma autoridade financeira, fiscal, administrativa, criminal ou judicial, árbitros ou mediadores, outras entidades responsáveis pela aplicação da lei, agências estatais ou organismos públicos, locais ou estrangeiros, devidamente autorizados.

3.1.2. **Também tratamos os seus dados pessoais para fins de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo**

Como parte de um grupo bancário, devemos ter um sistema robusto de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/TF) em cada uma das nossas entidades, gerido de forma centralizada, bem como um sistema para aplicar sanções locais, europeias e internacionais.

Neste contexto, somos responsáveis pelo tratamento em conjunto com a BNP Paribas SA, a sociedade-mãe do Grupo BNP Paribas.

As atividades de tratamento realizadas para cumprir essas obrigações legais são detalhadas no Anexo [3].

3.2. **Os seus dados pessoais são tratados para executar um contrato do qual seja parte ou medidas pré-contratuais a seu pedido**

Os seus dados pessoais são tratados quando é necessário para celebrar ou executar um contrato, de forma a:

- definir o seu nível de risco de crédito e a sua capacidade de reembolso;
- avaliar (por ex., com base no seu nível de risco de crédito) se podemos oferecer-lhe um produto ou serviço e em que condições (por ex., preço);
- fornecer-lhe os produtos e serviços subscritos nos termos do contrato aplicável;
- gerir as dívidas existentes (identificação de clientes com dívidas não pagas);
- responder aos seus pedidos e prestar-lhe assistência;
- fornecer informações relativas ao contrato, aos nossos produtos e serviços, incluindo contactos em tempo real com o cliente
- gerir a relação contratual, incluindo o desenvolvimento de atividades acessórias de suporte à atividade de financiamento;
- gerir dívidas pendentes (identificação e exclusão de clientes com dívidas pendentes
- garantir a liquidação da sua sucessão.
- atualização de dados;
- gestão de reclamações;
- recuperação de crédito extrajudicial e judicial (incluindo arbitragem e outros meios de resolução de litígios);

- atos preparatórios necessários à formalização de um contrato de seguro e execução de contratos de seguros mediados por nós, incluindo a transmissão dos dados às seguradoras responsáveis pelo seguro associado aos nossos produtos e serviço;
- localização de outros clientes e garantes titulares de contratos cujos dados pessoais estejam por algum motivo desatualizados, e depois de esgotadas todas as tentativas de contacto com base nos dados por estes fornecidos (cliente incontactável), e que estejam envolvidos em procedimentos de recuperação de crédito ou a quem sejam devidos saldos credores, de modo a que possamos executar os contratos celebrados com os nossos clientes e manter os dados pessoais dos subscritores devidamente atualizados. Este procedimento poderá incluir a realização de contacto em tempo real com o cliente de alguma forma associado ao cliente incontactável;
- Prova de transações e de quaisquer outras comunicações respeitantes à relação contratual. (incluindo através de gravação de chamadas)

Os dados recolhidos ou tratados, poderão ser utilizados na perfilagem dos clientes designadamente para efeitos de criação de perfis de risco dos clientes, prevenção de fraude, por exemplo, para concessão de crédito ou envio de ofertas personalizadas aos clientes, incluindo através de contacto em tempo real, no âmbito da gestão contratual;

3.3. Os seus dados pessoais são tratados com base no nosso interesse legítimo ou o de terceiros

Quando uma atividade de tratamento tem por base um interesse legítimo nosso ou de terceiro, ponderamos esse interesse face aos seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais para garantir que existe um equilíbrio justo entre eles. Se pretender mais informações sobre o interesse legítimo prosseguido no âmbito de uma determinada atividade de tratamento, contacte-nos através do seguinte endereço Rua Galileu Galilei, Torre Ocidente, n.2, 8º, 1500-392 Lisboa ou dpo@cetelem.pt. **No decurso da nossa atividade, usamos os seus dados pessoais para:**

- gerir os riscos aos quais estamos expostos:
 - guardamos comprovativos das operações ou transações, incluindo provas eletrónicas;
 - monitorizamos as suas transações para gerir, prevenir e detetar fraudes;
 - procedemos à cobrança de dívidas;
 - tratamos de ações judiciais e defesa em caso de disputas legais;
 - desenvolvemos modelos estatísticos individuais para ajudar a definir a sua idoneidade creditícia.
- aumentar a cibersegurança, gerir as nossas plataformas e *websites*, e garantir a continuidade da atividade.
- usar vigilância por vídeo para evitar lesões pessoais e danos a pessoas e bens.
- aumentar a automatização e eficiência dos nossos processos operacionais e serviços ao cliente (por ex., preenchimento automático de reclamações, acompanhamento dos seus pedidos e melhoria da sua satisfação com base nos dados pessoais recolhidos durante as nossas interações consigo, como gravações de chamadas telefónicas, *e-mails* ou chats).
- ajudá-lo na gestão do seu orçamento pela categorização automática dos seus dados de transação.
- realizar operações financeiras, como vendas de carteira de dívidas, titularizações, financiamento ou refinanciamento do Grupo BNP Paribas.
- realizar estudos estatísticos e desenvolver modelos preditivos e descritivos para:
 - fins comerciais: identificar os produtos e serviços que melhor possam atender às suas necessidades, criar novas ofertas ou identificar novas tendências entre os nossos clientes, desenvolver a nossa política comercial tendo em conta as preferências dos nossos clientes;
 - fins de segurança: para prevenir potenciais incidentes e melhorar a gestão da segurança;
 - fins de adequação com normas ou regulamentos aplicáveis (por ex., combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo) e gestão do risco;
 - fins antifraude;
- organizar concursos, sorteios, operações promocionais, realizar estudos de opinião e de satisfação dos clientes.

3.3.1. Usamos os seus dados pessoais para lhe enviar propostas comerciais por *e-mail*, correio em papel e telefone

Como parte do Grupo BNP Paribas, queremos poder proporcionar-lhe acesso a toda a gama de produtos e serviços que melhor se adequem às suas necessidades.

Quando se torna cliente, e a menos que se oponha, poderemos enviar-lhe por via eletrónica estas propostas relativas aos nossos produtos e serviços e aos do Grupo, se forem semelhantes, ou seja, produtos e/ou serviços com as mesmas características essenciais dos produtos e serviços que já subscreveu.

Garantiremos que estas propostas comerciais respeitam a produtos ou serviços que sejam relevantes para as suas necessidades e complementares àqueles que já tem, de forma a assegurar que os nossos respetivos interesses se equilibram.

Podemos também enviar-lhe, por telefone e correio, a menos que se oponha, propostas relativas aos nossos produtos e serviços, bem como aos do Grupo e dos nossos parceiros de confiança.

3.3.2. Analisamos os seus dados pessoais para criar perfis padrão que personalizem os nossos produtos e propostas

De forma a melhorar a sua experiência e satisfação, precisamos de determinar a que grupo de clientes pertence. Para este efeito, criamos um perfil padrão que resulta dos dados relevantes que selecionamos a partir das seguintes informações:

- dados que nos comunicou diretamente nas nossas interações consigo ou quando subscreve um produto ou serviço;
- dados resultantes da utilização dos nossos produtos ou serviços, como os que estão relacionados com as suas contas, incluindo o saldo das contas, movimentos regulares ou atípicos, a utilização do seu cartão no estrangeiro, bem como a categorização automática dos dados das suas transações (por ex., a distribuição das suas despesas e dos seus recebimentos por categoria, conforme se possa ver na sua área de cliente);
- dados recolhidos a partir do uso dos nossos vários canais: sites e aplicações (por ex., se é conhecedor das tecnologias digitais, se prefere um percurso de cliente para subscrever um produto ou serviço com mais autonomia (autoatendimento));

A menos que se oponha, procederemos a essa personalização com base na criação de perfis padrão. Para melhor atender às suas necessidades poderemos ir mais além, se consentir, realizando uma personalização por medida, conforme descrito abaixo.

3.4. Os seus dados pessoais são tratados se tiver dado o seu consentimento

Em relação a algumas atividades de tratamento de dados pessoais, daremos informações específicas e pediremos o seu consentimento. Claro que pode retirar o seu consentimento a qualquer momento.

Em particular, pedimos o seu consentimento para:

- personalização das nossas propostas e produtos ou serviços, com base em perfis mais sofisticados para antecipar as suas necessidades e comportamentos;
- qualquer proposta eletrónica de produtos e serviços que não seja semelhante àqueles que subscreveu ou de produtos e serviços dos nossos parceiros de confiança;
- personalização das nossas propostas, produtos e serviços com base nos dados da sua conta noutros bancos;
- utilização dos seus dados de navegação (*cookies*) para fins comerciais ou para melhorar o conhecimento do seu perfil.

Pode ser-lhe pedido consentimento para tratar os seus dados pessoais, quando necessário.

4. QUE TIPOS DE DADOS PESSOAIS RECOLHEMOS?

Recolhemos e utilizamos os seus dados pessoais, ou seja, qualquer informação que o identifique ou permita que alguém o identifique.

Dependendo, nomeadamente, do tipo de produto ou serviço que lhe disponibilizamos e das interações que temos consigo, recolhemos vários tipos de dados pessoais sobre si, incluindo:

- **Dados de identificação** : por ex., nome completo, género, local e data de nascimento, nacionalidade, número do cartão de cidadão, número do passaporte, número da carta de condução, matrícula do veículo, fotografia, assinatura;
- **Dados de contacto** : endereço postal, endereço de *e-mail*, número de telefone (particulares ou profissionais);
- **Informações relativas à sua situação financeira e familiar**: por ex., estado civil, regime de bens, número de filhos e idade, estudo ou emprego dos filhos, composição do agregado familiar, filhos, pais ou cônjuge, bens que possui: apartamento ou casa;
- **Marcos da sua vida** : por ex., se se casou, divorciou, juntou ou teve filhos recentemente;
- **Estilo de vida**: hobbies e interesses, viagens, o seu ambiente (nómada, sedentário);
- **Informações económicas, financeiras e fiscais**: por ex., número de contribuinte, situação fiscal, país de residência, salário e outros rendimentos, valor dos seus bens;
- **Informações sobre educação e emprego**: por ex., nível de educação, emprego, nome do empregador e remuneração;
- **Informações bancárias e financeiras relativas aos produtos e serviços que detém**: por ex., dados da conta bancária, produtos e serviços detidos e utilizados (crédito, seguro, poupança e investimentos, *leasing*, proteção da casa), número do cartão de crédito, transferências de dinheiro, ativos, perfil do investidor declarado, histórico de crédito, incidentes de pagamento;
- **Dados de transações**: movimentos e saldos de contas, transações incluindo os dados dos beneficiários, como nomes completos, endereços e dados de contacto, bem como os dados das transações bancárias, montante, data, hora e tipo de transação (cartão de crédito, transferência, cheque, débito direto);
- **Dados relativos aos seus hábitos e preferências relacionados com o uso dos nossos produtos e serviços**;
- **Dados recolhidos nas nossas interações consigo**: por ex., os seus comentários, sugestões, necessidades recolhidas durante as nossas interações consigo pessoalmente nas nossas Agências (relatórios) e em linha, em comunicações telefónicas (conversas), por *e-mail*, chat, chatbot, trocas nas nossas páginas de redes sociais e as suas reclamações mais recentes. A sua ligação e dados de rastreamento, como *cookies* e rastreadores para fins não publicitários ou analíticos nos nossos *websites*, serviços online, aplicações, páginas de redes sociais;
- **Dados recolhidos no sistema de proteção por vídeo** (incluindo CCTV) **e geolocalização**: por ex., mostrar localizações de levantamentos ou pagamentos por motivos de segurança, ou para identificar a localização da agência ou prestador de serviço que lhe esteja mais próximo;
- **Dados sobre os seus dispositivos (telemóvel, computador, tablet, etc.)**: endereço IP, especificações técnicas e dados de identificação exclusiva;
- **Credenciais de login personalizadas ou distintivos de segurança utilizados para ligá-lo ao *website* e aplicações do BNP Paribas**.

Podemos recolher dados sensíveis, como dados de saúde, dados biométricos ou dados relativos a infrações criminais, sujeito ao cumprimento das condições estritas estabelecidas nos regulamentos de proteção de dados.

5. DE QUEM RECOLHEMOS DADOS PESSOAIS?

Recolhemos dados pessoais diretamente de si, enquanto nosso Cliente; no entanto, podemos também recolher dados pessoais de outras fontes.

Por vezes, recolhemos dados de fontes públicas:

- publicações/bases de dados disponibilizadas por autoridades oficiais ou terceiros (por ex., Diário da República,

Registo Comercial, bases de dados geridas pelas autoridades de supervisão do setor financeiro);

- *websites*/páginas de redes sociais de pessoas coletivas ou clientes comerciais que contenham as informações sobre si que tenha divulgado (por ex., o seu próprio site ou página de redes sociais);
- informações públicas, como as que foram publicadas nos meios de comunicação social.

Também recolhemos dados pessoais junto de terceiros:

- de outras entidades do Grupo BNP Paribas;
- dos nossos clientes (pessoas coletivas ou particulares);
- dos nossos parceiros comerciais;
- dos prestadores de serviços de iniciação de pagamento e agregadores de contas (prestadores de serviços de informações de contas);
- de terceiros, como agências de referência de crédito e agências de prevenção de fraude;
- de corretores de dados que sejam responsáveis por garantir a recolha legítima das informações relevantes.

6. COM QUEM PARTILHAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS E PORQUÊ?

- a. Os nossos financiamentos e refinanciamentos também constituem um interesse legítimo, o que significa que os seus dados pessoais possam ser partilhados com entidades do Grupo BNP Paribas que promovem o nosso refinanciamento.

b. Com entidades do Grupo BNP Paribas

Como membro do Grupo BNP Paribas, trabalhamos em estreita colaboração com outras empresas do Grupo em todo o mundo. Os seus dados pessoais podem, portanto, ser partilhados entre entidades do Grupo BNP Paribas, sempre que necessário, para:

- cumprir as nossas várias obrigações legais e regulamentares acima descritas;
- realizar os nossos interesses legítimos, que são:
 - para gerir, prevenir e detetar fraudes;
 - realizar estudos estatísticos e desenvolver modelos preditivos e descritivos para fins comerciais, de segurança, adequação com normas ou regulamentos aplicáveis, gestão de riscos e antifraude;
 - melhorar a confiabilidade de certos dados sobre o Cliente detidos por outras empresas do Grupo;
 - facultar-lhe acesso a todos os produtos e serviços do Grupo que melhor atendam às suas necessidades e desejos;
 - personalizar o conteúdo e preços de produtos e serviços;
 - oferecer toda a gama de produtos e serviços do Grupo para que possa beneficiar dos mesmos, nomeadamente, companhias de seguros Cardif, com as quais trabalhamos para oferecer vários produtos de seguros;

c. Com destinatários fora do Grupo BNP Paribas e subcontratantes

A fim de cumprir algumas das finalidades descritas nesta Política de Privacidade, podemos, quando necessário, partilhar os seus dados pessoais com:

- subcontratantes que prestem serviços em nossa representação (por ex., serviços informáticos, logística, serviços de impressão, telecomunicações, cobrança de dívidas, consultoria, distribuição e marketing).

- parceiros bancários e comerciais, agentes independentes, intermediários ou corretores, instituições financeiras, contrapartes, repositórios de transações com os quais temos relação, se essa transmissão for necessária para nos permitir fornecer-lhe os serviços e produtos ou executar as nossas obrigações contratuais ou transações (por ex., bancos, bancos correspondentes, depositários, emissores de valores mobiliários, agentes de pagamento, plataformas de câmbio, companhias de seguros, operadores de sistemas de pagamento, emissores ou intermediários de cartões de pagamento, empresas de garantia mútua ou instituições de garantia financeira);
- autoridades financeiras, fiscais, administrativas, criminais ou judiciais locais ou estrangeiras, árbitros ou mediadores, autoridades ou instituições públicas (por ex., o Banco de Portugal, *Banque de France, Caisse des dépôts et des Consignations*), aos quais nós, ou qualquer elemento do Grupo BNP Paribas, sejamos obrigados a divulgar para:
 - atender o seu pedido;
 - exercer a nossa defesa, ação ou processo;
 - cumprir um regulamento ou recomendação emitida por uma autoridade competente que se aplique a nós ou a qualquer membro do Grupo BNP Paribas;
- prestadores de serviços de pagamento de terceiros (informações sobre as suas contas bancárias), com o objetivo de prestar um serviço de iniciação de pagamento ou de informação sobre contas, caso tenha consentido a transferência dos seus dados pessoais a esse terceiro;
- profissionais de certas profissões regulamentadas, como advogados, notários ou auditores, quando necessário em circunstâncias específicas (contencioso, auditoria, etc.), bem como para as nossas seguradoras ou para a um comprador, real ou potencial, das empresas ou negócios do Grupo BNP Paribas.

7. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Os seus dados pessoais podem também ser abrangidos por transferências internacionais com origem no Espaço Económico Europeu (EEE) para um país não pertencente ao EEE. Nas situações em que Comissão Europeia reconheça que um país não pertencente ao EEE fornece um nível adequado de proteção de dados pessoais, os seus dados pessoais podem ser transferidos com esse fundamento.

Para transferências para países não pertencentes ao EEE, em que o nível de proteção não foi reconhecido como adequado pela Comissão Europeia, iremos utilizar numa derrogação aplicável à situação específica (por ex., se a transferência for necessária para cumprir o contrato que temos consigo, como quando efetua um pagamento internacional) ou implementar uma das seguintes garantias adequadas para garantir a proteção dos seus dados pessoais:

- Cláusulas-tipo de proteção de dados aprovadas pela Comissão Europeia;
- Regras vinculativas aplicáveis às empresas.

Para obter uma cópia das garantias adequadas adotadas, ou informações sobre onde estão disponíveis, pode enviar-nos um pedido por escrito, conforme estabelecido em 2.

8. POR QUANTO TEMPO GUARDAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

Para mais informações sobre os prazos de conservação, consulte por favor o anexo 3.

9. COMO PODE ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Num mundo em que as tecnologias estão constantemente a evoluir, iremos rever regularmente esta Política de Privacidade e atualizá-la sempre que necessário.

Convidamo-lo a rever a última versão deste documento *online*, e informá-lo-emos de quaisquer alterações relevantes através do nosso *website* ou dos nossos canais de comunicação habituais.

Tratamento de dados pessoais no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Nós fazemos parte de um Grupo bancário que deve adotar e manter um programa robusto de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) para todas as sociedades que o integram, gerido a nível central, um programa de combate à corrupção, bem como um mecanismo para garantir a conformidade com Sanções internacionais (i.e., sanções económicas ou comerciais, incluindo as leis, regulamentos, medidas restritivas e embargos associados, e medidas de congelamento de ativos que sejam aprovadas, administradas, impostas ou aplicadas pela República Francesa, a União Europeia, o Gabinete de Controlo de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos E.U.A., e qualquer autoridade competente nos territórios onde o Grupo BNP Paribas opera).

Neste contexto, atuamos enquanto responsável pelo tratamento de dados em conjunto com o BNP Paribas SA, a sociedade-mãe do Grupo BNP Paribas (portanto, o termo “nós” utilizado neste anexo também abrange o BNP Paribas SA).

De forma a cumprir com as obrigações de CBC/FT e com as Sanções internacionais, nós realizamos as seguintes operações de tratamento de dados, de forma a observar as nossas obrigações legais:

- Um programa “*Conheça o Seu Cliente*” (*Know Your Customer*, KYC) concebido de modo razoável para identificar, verificar e atualizar a identidade dos nossos clientes, incluindo, se for o caso, os seus respetivos beneficiários efetivos e procuradores;
- *Due diligence* reforçada para clientes de alto risco, Pessoas Politicamente Expostas ou “PPE” (PPE são as pessoas definidas pelos regulamentos que, devido às suas funções ou cargo (político, judicial ou administrativo), estejam mais expostas a estes riscos), e para situações de risco acrescido;
- Políticas, procedimentos e controlos escritos, concebidos de modo razoável, para garantir que o Cetelem não estabelece ou mantém relações com bancos fictícios;
- Uma política, baseada na avaliação interna dos riscos e da situação económica, de geralmente não tratar, nem de outra forma se envolver, independentemente da moeda, em atividades ou negócios:
 - o para, em nome de, ou em benefício de qualquer pessoa singular, coletiva ou organização sujeita a Sanções da República Francesa, da União Europeia, dos Estados Unidos, das Nações Unidas ou, em certos casos, outras sanções locais em territórios onde o Grupo opera;
 - o que envolvam, direta ou indiretamente, territórios sancionados, incluindo a Crimeia/Sevastopol, Cuba, Irão, Coreia do Norte ou Síria;
 - o que envolvam instituições financeiras ou territórios que possam estar relacionados com, ou controlados por organizações terroristas, reconhecidas como tal pelas autoridades competentes de França, da União Europeia, dos E.U.A. e das Nações Unidas.
- Análise da base de dados de clientes e filtragem de transações, concebidas de forma razoável para garantir a conformidade com a legislação aplicável;
- Sistemas e procedimentos concebidos para detetar e denunciar atividade suspeita às autoridades regulatórias competentes;
- Um programa de *compliance* concebido para prevenir e detetar subornos, corrupção e influência ilícita nos termos da Lei Francesa “*Sapin II*”, da FCPA dos E.U.A., e da Lei do Suborno (*Bribery Act*) do Reino Unido.

Neste contexto, nós temos de recorrer:

- o a serviços prestados por prestadores externos que mantêm listas atualizadas de PPE, como a Dow Jones Factiva (disponibilizada pela Dow Jones & Company, Inc.) e o serviço World-Check (disponibilizado pela REFINITIV, REFINITIV US LLC e London Bank of Exchanges);
- o a informações públicas disponíveis na imprensa sobre factos relacionados com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo ou corrupção;
- o à identificação de comportamentos ou situações de risco (existência de uma denúncia de transação suspeita ou equivalente) que possa ocorrer ao nível do Grupo BNP Paribas.

Nós realizamos essas verificações, tanto sobre o próprio Cliente como sobre as transações que este realiza, quando o Cliente inicia uma relação connosco, mas também ao longo da nossa relação com o Cliente. No final da relação, e caso o Cliente tenha sido alvo de um alerta, estas informações serão guardadas para o identificar e adaptar os nossos

controles caso o Cliente entre numa nova relação com uma entidade do Grupo BNP Paribas, ou no contexto de uma transação na qual seja parte.

Para cumprir as nossas obrigações legais, nós trocamos informações recolhidas para fins de CBC/FT, anticorrupção ou Sanções internacionais entre entidades do Grupo BNP Paribas. Quando os dados do Cliente são partilhados com países fora do Espaço Económico Europeu que não proporcionem um nível adequado de proteção, as transferências são reguladas pelas cláusulas contruais-tipo da Comissão Europeia. Quando são recolhidos e partilhados dados adicionais para cumprir a legislação de países fora da UE, este tratamento é necessário para o nosso interesse legítimo, que é permitir que o Grupo BNP Paribas e as suas sociedades cumpram as suas obrigações legais e evitem sanções locais.

Decisão automatizadas, incluindo criação de perfis

Definição de perfis relacionados com a análise de risco com vista à tomada de decisão pelo BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal de aceitar ou não o pedido de crédito, e ofertas de taxas promocionais diferenciadas.

- Criação de perfis de consumo que permitem adequar a publicidade às características e necessidades do Cliente, bem como o canal a utilizar para efeitos de envio das comunicações comerciais.
- Definições de perfis relacionados com a gestão de clientes

Finalidades de tratamento e períodos de retenção

Finalidade de Tratamento	Fundamento Jurídico	Prazo de Conservação
Análise de risco de crédito e definição de perfis relacionados com esta finalidade, nomeadamente, para oferta de taxas promocionais diferenciadas. Dentro desta finalidade inclui-se a análise de propostas de crédito remetidas por potenciais clientes para subscrição de produtos de crédito comercializados pelo BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal (incluindo a utilização de informação de propostas anteriormente recusadas) com vista à tomada de decisão de aceitar ou não o pedido de crédito, bem como todos os atos preparatórios necessários à formalização da operação de crédito, nomeadamente contactos com potenciais clientes com vista à sanar irregularidades no âmbito das proposta de crédito, pedido de informação e documentação adicional.	- Execução do contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados; caso o cliente não forneça os dados necessários para esta análise o pedido de crédito será recusado. - Cumprimento de obrigações legais. - Interesse legítimo da ICem garantir uma avaliação adequada do risco de crédito, e melhorar a fiabilidade da análise do risco de crédito. - é igualmente aplicável o interesse legítimo da IC quanto à decisão de oferta de taxas diferenciadas, a IC tem interesse económico e comercial no sentido de racionalizar ofertas promocionais). Os direitos fundamentais do titular não se sobrepõem ao interesse legítimo da IC dado que os dados tratados não são excessivos, e, em última instância, destinam-se a garantir que o cliente tem uma oferta adequada, eventualmente, com taxas mais baixas relativamente às taxas padrão e que são cumpridos os padrões de crédito responsável que pautam o setor.	- Enquanto estiver pendente o processo de apresentação e análise de proposta de subscrição do crédito e pelo prazo de 5 anos subsequente à decisão de concessão/recusa de concessão (para análise de risco associada à prevenção da fraude). 5 anos após a realização da última consulta à informação centralizada respeitante à proposta de subscrição de crédito em questão, para estrito cumprimento da obrigação de conservação dos "comprovativos da existência do pedido de concessão de crédito ou da autorização que conferem as condições de legitimidade para a realização das consultas à informação centralizada".

• Gestão da relação contratual, (incluindo o tratamento relacionado com atividades acessórias de suporte à atividade de financiamento; atualização de dados, gestão de reclamações, recuperação de crédito extrajudicial e judicial (incluindo arbitragem e outros meios de resolução de litígios), e definição de perfis relacionados com esta finalidade, e contatos em tempo real com o cliente. Dentro desta finalidade inclui-se ainda a localização de outros clientes e garantes titulares de contratos cujos dados pessoais estejam por algum motivo desatualizados, e depois de esgotadas todas as tentativas de contacto com base nos dados por estes fornecidos (cliente incontactável). Este procedimento poderá incluir a realização de contacto em tempo real com o cliente de alguma forma associado ao cliente incontactável.	• Execução do contrato no qual o titular dos dados é parte ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados; • Cumprimento de obrigações legais; • Interesse legítimo da IC: interesse económico e comercial da IC, no sentido de racionalizar ofertas promocionais. Os direitos fundamentais do titular não se sobrepõem ao interesse legítimo da IC dado que os dados tratados não são excessivos, e, em última instância, destinam-se a garantir que o cliente tem uma oferta adequada, eventualmente, com taxas mais baixas relativamente às taxas padrão.	• 5 anos após a cessação da relação comercial, para análise de risco de crédito de novas propostas de crédito relativamente a informação sobre execução e cumprimento do contrato, garantias associadas, transações, causa de cessação do contrato, dados relativos a ação judicial (incluindo arbitragem e outros meios de litígios), insolvência e interdições, salvo se existirem litígios com os titulares caso em que podem ser conservados até ao trânsito em julgado da decisão judicial. • Conservar em arquivo durante 3 anos, após encerramento, os livros de reclamações; • Manter em arquivo, por um período mínimo de 5 anos, os elementos que tenham servido de base à apreciação da reclamação e disponibilizar todos os elementos que o Banco de Portugal venha a solicitar nas inspeções que realize às instituições; • Para efeitos de faturação, os dados pessoais relativos à faturação podem ser conservados pelo prazo de 10 anos a contar da prática do ato.
--	--	--

Finalidade de Tratamento	Fundamento Jurídico	Prazo de Conservação
Realização de ações de marketing e ações promocionais, incluindo contato em tempo real com o cliente, de produtos e serviços comercializados pela IC ou por terceiros com quem tenha estabelecido acordos de parceria (incluindo perfis de marketing relacionados com esta finalidade).	- Consentimento do titular no contrato - Interesse legítimo: a IC deve poder apresentar os produtos e serviços por si comercializados que sejam análogos ao produto contratado pelo cliente. Os direitos fundamentais do titular não se sobrepõem ao interesse legítimo e, em última instância, destinam-se a garantir que o cliente tem uma oferta adequada.	2 anos após a cessação da relação contratual ou até exercício de direito de oposição pelo titular, se em momento anterior
Resposta a pedidos de informação dirigidos à IC por entidades oficiais como o Banco de Portugal e outras autoridades judiciais, policiais e setoriais.	Cumprimento de obrigações legais	7 anos após a resposta
Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.	Cumprimento de obrigações legais.	7 anos após o momento em que a identificação do cliente se processou ou, no caso das relações de negócio, após o termo das mesmas.
Tratamento de participações de irregularidades no âmbito do dispositivo de reporte de irregularidades, designado internamente por WB ("whistle-blowing")	Cumprimento de obrigações legais.	- Sem processo disciplinar ou legal: 5 anos após a data de conclusão da investigação. - Com processo disciplinar ou legal: Até ao prazo final do recurso da sentença. Após esta data, é arquivado de forma anonimizada pelo prazo de 5 anos.
Regime Jurídico do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI).	Cumprimento de obrigações legais.	- Durante o tempo da relação contratual relativamente a dados para cumprimento do PARI; 5 anos após a extinção do PERSI.
Realização e acompanhamento de todos os atos preparatórios necessários à formalização de um contrato de seguro e execução de contratos de seguros mediados pelo BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal, incluindo a transmissão dos dados às seguradoras responsáveis pelo seguro associado aos produtos e serviços da IC.	Execução do contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.	1 ano após a cessação da relação negocial, salvo se existirem litígios com os titulares caso em que podem ser conservados até ao trânsito em julgado da decisão judicial. - Conservar em arquivo durante 3 anos, após encerramento, os livros de reclamações. - Para efeitos de faturação, os dados pessoais relativos à faturação podem ser conservados pelo prazo de 10 anos a contar da prática do ato.
Gestão e manutenção de uma base de dados com os Clientes cujos contratos de seguro tenham sido mediados pelo BNP Paribas Personal Finance, S.A., Sucursal em Portugal.	Cumprimento de obrigações legais.	10 anos após a cessação do contrato de seguro, quanto aos dados relativos a contratos de seguro.
Realização de inquéritos de satisfação.	Interesse legítimo: estas ações permitem monitorizar e melhorar os processos, produtos e serviços	Dados para fins contacto com clientes e parceiros: até ao limite de 2 anos após o término da relação;

Finalidade de Tratamento	Fundamento Jurídico	Prazo de Conservação
	oferecidos ao Cliente e Parceiros comerciais, sendo estes os últimos beneficiários destas ações.	Dados para fins de contacto com potenciais clientes no máximo até à semana seguinte ao contrato ter sido identificado como Sem Seguimento;
Prevenção Fraude – Base de Dados	Interesse legítimo: monitorizar e melhorar os processos, produtos e serviços oferecidos ao cliente, no sentido de prevenir e detetar situações fraudulentas, que irão conferir uma maior proteção dos interesses dos clientes.	5 anos desde a data em que é colocado na base de dados, independentemente de se tratar de contrato financiado ou pedido de crédito recusado.
Cessão de créditos	Execução do Contrato no qual o Cliente, titular dos dados, é parte	1 ano após a extinção dos créditos, sem prejuízo da conservação dos dados necessários para fins fiscais, pelo prazo de 10 anos.
Gravação de chamadas para efeitos de prova de transações e para monitorização da qualidade de atendimento do colaborador da IC.	- Consentimento do cliente; .	- Nos contratos à distância, as gravações de chamadas podem ser conservadas por um prazo máximo de 24 meses, acrescido de prazo de caducidade ou prescrição, salvo nos casos de contratos à distância relativos à atividade seguradora, em que o prazo de conservação deve coincidir com o período de duração da relação contratual, admitindo-se a conservação até ao cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato; - No âmbito de operações financeiras, o prazo de conservação das gravações de chamadas com a finalidade de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo é de 7 anos, a contar da execução das respetivas operações; 30 dias após a gravação, no caso de monitorização da qualidade de atendimento.
Procedimentos KYI e procedimentos de afiliação, incluindo programas e plataformas de incentivos a parceiros	- Cumprimento de obrigações legais; - Interesse Legítimo: Avaliação de riscos associados	- Parcerias terminadas - até 10 anos após término da parceria; - Parcerias recusadas ou sem continuação - até 2 anos após recusa/desistência da parceria.